

O silêncio que grita



Por **RICARDO REZER***

O silêncio hoje é compreensível, apesar de representar um grande equívoco, visto que a conta de nossas decisões sempre chega, quer seja por ação ou por omissão

O paradoxo contido no título desta reflexão representa um pouco do que podemos perceber no cotidiano destas eleições em 2022, especialmente em sua reta final para o pleito em segundo turno. Costumo dizer que, como qualquer experiência de fronteira, a política expressa de forma muito clara, o melhor e o pior do humano – bem verdade, sobre este segundo aspecto, não precisavam exagerar.

Por isso, não estranho o silêncio de muitas pessoas frente a este cenário polarizado e altamente perigoso que vivemos atualmente. Se há pouco tempo, podíamos até “contar piadas” sobre os ocupantes da presidência, sem maiores consequências, nos dias de hoje, dependendo de onde estivermos, corremos o risco, ao proferirmos comentários jocosos sobre determinadas figuras, de nos envolvermos em algum conflito, sermos agredidos ou algo ainda pior. Assim, o silêncio de muitas pessoas é compreensível, apesar de representar um grande equívoco, visto que a conta de nossas decisões sempre chega, quer seja por ação ou por omissão.

O medo de “se envolver”, a apatia política (ao que parece, precisamos qualificar nossa formação ética e política), ou mesmo, a incredulidade frente ao ponto que chegamos, são ingredientes que não podemos desconsiderar. Certamente, em meio a isso, temos também, posições que assumem o descaso com as consequências de sua omissão ou surfam na onda que lhes é mais promissora, sem maiores preocupações, onde o que conta é tentar “se dar bem”.

Por outro lado, temos os que “gritam alto”, bradam “gritos de guerra”, se valem de insultos e agressões, por vezes, para além das verbais, especialmente nestes dias que antecedem o pleito do segundo turno. Inclusive, vem aumentando o número de casos de demissão ou ameaça de demissão a trabalhadores que manifestam apoio a chapa Lula-Alckmin, socializados em redes sociais sem nenhum constrangimento por parte dos “patrões” agressores. Em um contexto onde a lógica da agressão verbal se instaurou como legítimo meio de “comunicação” (leia-se intimidação), é possível inferir que descemos alguns degraus no processo civilizatório ao longo destes últimos anos, sob aplauso de parcela significativa da população brasileira.

Assim, por um lado, temos o silêncio gritando, latente, por outro, os gritos que se anunciam como silenciamento de vozes – as ameaça por escolhas políticas não combinam em nada com o discurso de “liberdade” proferido por muitas vozes oficiais e repetido incessantemente por seguidores destas vozes. Aqui percebemos uma das muitas e grandes contradições presentes no discurso de quem se mantém fiel ao postulante a continuar como “mandatário da nação”. Certamente, não está fácil ser ponderado nos dias atuais, mas não podemos abandonar nossa responsabilidade frente a contradições grotescas que vemos em curso.

Pautas que imaginávamos colocadas a tempos na agenda oficial, que inclusive, avançaram significativamente ao longo destas duas décadas do Século XXI, retrocederam substantivamente e voltaram a ser atacadas – a exploração de terras indígenas voltou a ser relativizada; o aquecimento global foi desacreditado; homofobia, racismo, machismo, xenofobia, entre outras “qualidades” humanas, voltaram a ser desconsideradas como problemas estruturais; enfim, tivemos, pasmem, de retomar a questão do terraplanismo; além dos negacionismos da pandemia; entre tantos exemplos que beiram a insanidade.

a terra é redonda

Por sua vez, este “clima” que foi produzido, especialmente ao longo destes anos, é um sinal de que, durante muito tempo, uma parte da população brasileira “sofreu” por não poder dizer abertamente o que “pensa”. Afinal, para determinados segmentos sociais, temos direito de ser racistas, homofóbicos, machistas, xenófobos, fascistas, nazistas, negacionistas, entre outras “qualificadas” percepções de mundo – daí o fetiche da liberdade, explícito em tantos discursos veiculados pelo campo conservador. E agora estes elementos possuem um balizador oficial, uma “régua” que expressa o perfil escolhido por boa parte do eleitorado no primeiro turno das eleições deste ano: discursos agressivos, gritos de ordem, truculências, ode ao armamentismo, “patriotismo”, “fé”, entre outros – e quem não concordar é “comunista”, “esquerdopata” e deve “ir para Cuba” ou “Venezuela”.

Assim, o ressentimento de ter de “segurar” ímpetos de barbárie por anos, aliado ao discurso anticorrupção e a antipolítica, constituíram o “caldo” do qual emergiram tantas vozes bradando por “mudar tudo isso daí”. Pelo que vemos, as mudanças ocorreram mesmo e levaremos anos para recuperar os estragos que vemos acontecer todos os dias na realidade brasileira. Por exemplo, neste conjunto de elementos, teorias da conspiração têm solo fecundo para prosperar e se constituírem como pretensas verdades. Como exemplo, a pandemia foi propagada por alguns setores como sendo uma conspiração comunista, inclusive, apelidada absurdamente por “*comunavírus*”.

A lista é longa e chama a atenção o absurdo número de teorias conspiratórias promulgadas sem o menor constrangimento ao longo destes últimos anos, em um movimento de grupos que tem a pretensão de “perceber” aquilo que os seres humanos comuns não conseguem “enxergar”, ou seja, são mais “espertos”. Neste caso, lembrando a antropóloga Isabela Kalil, pesquisadora que estuda a extrema direita e o dito “bolsonarismo”, entre outros temas, a veiculação de teorias da conspiração é uma estratégia política que tem por objetivo potencializar a manutenção das relações de poder e o controle por meio do medo, da desinformação e da confusão.^[1]

Na esteira de teorias absurdas, o surgimento de um “mito” não causa estranheza, pois em meio ao caos produzido, “alguém” vai nos salvar da mentira e do presente insuportável, nos conduzindo a um futuro de glórias e bonança. Assim, está constituído o cenário em que o “messias” irá nos conduzir, em nome de Deus, da pátria e da família, ao futuro que merecemos (lógico, o acesso será restrito aos “cidadãos de bem”). Esta equação fraturou o Brasil em uma polarização que vem constituindo o imaginário social de muitos e muitas no cenário contemporâneo, colocando as relações humanas em uma situação extremamente preocupante.

Bem verdade, o ser humano sempre conviveu bem com a polarização, tendo em vista o conforto que dela se deriva (claro/escuro, liso/rugoso, direita/esquerda, bom/mau, certo/errado, herói/vilão, entre outros). Em certa medida, maniqueísmos confortam frente aos inúmeros gradientes que a vida comporta – afinal, pensar não é fácil mesmo. Por isso, a estratégia do “nós” contra “eles” representa o discurso-estopim que faltava para decretar a guerra que vivemos hoje, uma guerra que, ao que parece, ainda teremos de suportar por um longo tempo. Inclusive, polarizações como esta não exigem ter de ler e estudar propostas e projetos, pois já temos um “lado” e é isso que interessa para significativa parcela da população.

Se há alguém que ainda não percebeu isso, a lógica de um governo como o que temos se funda no conflito – eis um dos traços fascistas que podem ser observados nas suas práticas cotidianas. Sem conflito e sem “o” inimigo, não há combate, e sem combate, quem vive para combater perde o sentido de sua existência. Esta equação, embora nada nova, está muito clara nas ações estruturadas ao longo dos quase quatro anos, tal como inúmeros exemplos registrados em reportagens que diversas mídias já sinalizaram.

Misture a estes ingredientes explosivos a religião (desde a Idade Média, deveríamos saber que misturar religião e política é um grande problema), e o estrago está garantido. Oras, o cultivo da religiosidade é um direito de todo cidadão e a diversidade religiosa deve ser um elemento inalienável em uma sociedade democrática e republicana. Porém, a fé se constitui como um sistema de valores e crenças que não pode ser cooptado para justificar decisões na dimensão política de uma sociedade. Ainda mais, se esta questão for intensificada por pessoas que se intitulam como “terrivelmente evangélicas” e apostem na ideia de que alguém é “o” enviado de Deus. Ora, Deus não pode ser banalizado como “apoiador” de pessoas e partidos políticos... Mesmo para quem não segue uma vida religiosa, é ofensivo ver e ouvir a profanação cotidiana de Deus como justificação para decisões produzidas no mundo humano. Ao que parece, usar o nome de Deus em vão já não é mais um problema para muitos e muitas...

Neste cenário complexo e paradoxal, como pode falar quem tem medo e prefere calar? Como dialogar com quem aprendeu

a gritar para se expressar? Como lidar com quem não quer dialogar? Como furar as bolhas? Como dialogar com os doutores de watsapps? Como fazer as paixões darem lugar a razão? Como fazer as pessoas entenderem que não podemos definir os rumos de uma nação pelo grito ou pelo silêncio? Como retomar nossa possibilidade de dialogar como balizador de nossas decisões no mundo? Como podemos qualificar nossas leituras de mundo, aprendendo e reconhecendo que o mundo deve ser um lugar para todos e todas? Como dialogar com quem “argumenta” tendo uma arma na cintura? Como dialogar com quem entende que a bala resolve mais que a palavra? Como dialogar com quem ameaça ou mesmo demite “seus” funcionários em virtude de suas escolhas políticas? Como dialogar com quem não se importa com leituras de mundo distintas das suas? Como lidar com a “política” do cancelamento? Enfim, como colocar o diálogo como nossa possibilidade de mundo e a política como a arte de possibilitar a convivência entre diferentes? Como fazer perceber que sem a política, nos sobra a barbárie?

Sobre política, procuro me aproximar do entendimento de Hannah Arendt (1906-1975), como algo que representa uma potencialidade humana que se baseia na pluralidade dos seres humanos, bem como, trata da convivência entre os diferentes, em um processo no qual os seres humanos se organizam politicamente para determinadas coisas em comum. Nesse sentido, a política permite organizar a diversidade absoluta de acordo com uma unidade relativa em contrapartida às diferenças, também relativas. Por isso, não basta “ter lado”, mas pensar o sentido e as consequências de nossas escolhas com profundidade e responsabilidade. Por vezes, aprendi com um grande amigo, é melhor ficar verdadeiramente em dúvidas do que falsamente esclarecido. E a política permite qualificar nossas decisões. Uma pergunta que fica é: por que abrimos mão disso com tamanha facilidade?

O sentimento antipolítica em curso expressa, em boa medida, a origem das simplificações que observamos diariamente, bem como, alguns dos motivos pelos quais os programas de governo apresentados e em disputa nestas eleições não sejam o principal objeto de discussão, mas sim, slogans, chavões e frases feitas (bons ingredientes para fazer parar o pensamento). Afinal, após decidir por qual “lado” “lutar”, basta professar nossa crença, mensagens de watts e apostar na “#fechadocom...”. Neste caldo, percebemos menos a evidência de propostas e mais a procura por mazelas de cada candidato – para que propostas, se os “debates” ficam mais “eletrizantes” se recheados de agressões e baixarias? A expressão “eletrizante” foi bastante utilizada por um site de extrema direita nas proximidades do último debate eleitoral do primeiro turno.

Nesta lógica, ficou bastante perceptível que tal cardápio atende ao gosto de parte de uma população que gosta de assistir confusão, fofoca, sensacionalismos, agressões, em um “*big brother*” real, algo que movimenta as mídias e faz parecer que há pessoas em cargos públicos que são “como a gente”, bem como, torna visível a “luta do bem contra o mal”. Talvez, isso seja consequência de um movimento de apatia de nossa capacidade de pensar e do fortalecimento da convicção, por vezes, “convicção convicta”, que não se pensa, e o pior, não possui o devido lastro.

Tal postura torna as coisas mais fáceis para o surgimento de cortinas de fumaça que anestesiam e deslocam as pautas mais necessárias (emprego, renda, saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana, clima, desmatamento, entre tantos outros) para denúncias bomba (por exemplo, do envolvimento da esquerda com seitas satânicas, da existência de conspirações globais, entre tantas outras). Afinal, estes “grandes temas” cabem melhor nos grupos de watts e podem ser veiculados de forma rápida e direta nas bolhas que os acolhe, afinal, muitas pessoas admitem que não leem mais “textão” mesmo.

“Ah, mas o PT roubou!” Frase obrigatória do repertório de boa parte daqueles que apoiaram e apoiam o atual governo, quando se deparam com a proposição do diálogo (afinal, nessa lógica, dialogar é “para os fracos”). Sim, sabemos que houve corrupção ao longo dos governos do PT. Porém, como já expressei em outro texto, há de se reconhecer que Lula foi preso e cumpriu sua pena (com vários outros) e Dilma Rousseff sofreu impeachment (aceitando a decisão política a ela imposta). Ou seja, as instituições responderam e agiram, mesmo em meio a uma série de controvérsias, polêmicas e interesses (tal como vimos ao longo destes quatro anos, figuras que se aproveitaram dos acontecimentos da República e assumiram cargos do alto escalão no governo).

E elas mesmas, as instituições, junto com a população e o controle social, podem evitar que a corrupção orgânica se repita. Certamente, não podemos apoiar a corrupção. Desta forma, até posso entender o que aconteceu em 2018, o sentimento de desesperança e o “antipetismo” como ingredientes que se colocaram com força naquele período, algo ainda em curso. Porém, devemos amadurecer – ou seguiremos até quando repetindo simplificações como “o PT roubou” ou “o Brasil vai

virar uma Venezuela”?

Ora, se a corrupção que aconteceu ao longo de parte do governo do PT não pode ser desconsiderada e serviu como justificação para as escolhas do pleito de 2018, a corrupção deste atual governo precisa ser, sem dúvidas, melhor considerada por suas bolhas. Ou as atuais formas de corrupção são meras invenções? Se a algum tempo, nos valíamos do ditado “cuidado, as paredes tem ouvidos”, hoje parece evidente que, para parte da população, temos uma atualização deste dito popular, “cuidado, os ouvidos tem paredes”. Ouvidos que só escutam o que corrobora com sua leitura de mundo, o que representa um solo fecundo para fundamentalismos que vemos emergir em todo o país. E isso não pode continuar.

Como exemplo desta inépcia auditiva, os questionamentos acerca da segurança e idoneidade das urnas eletrônicas não cessaram, mesmo após inúmeros argumentos técnicos produzidos ao longo destes últimos anos. Ora, os ataques as urnas eletrônicas representaram uma das mais covardes agressões ao sistema eleitoral brasileiro (agressões vindas de pessoas que se elegeram por este mesmo sistema, inúmeras vezes, sem o menor questionamento).

Felizmente, as instituições não cederam a arroubos assentados na preparação de um discurso que sustenta uma possível derrota no pleito eleitoral em curso. Afinal, pelos discursos, a eleição somente será “limpa” se o atual presidente for reeleito. Cabe lembrar que as eleições, em seu primeiro turno, apesar dos erros da maior parte das pesquisas eleitorais, correram de forma tranquila na imensa maioria das sessões eleitorais e nenhuma evidência de fraude foi sequer mencionada.

Em meio a tudo isso e muito mais, nos resta sobreviver à pobreza política destas eleições e buscar o mínimo reestabelecimento da normalidade a partir de 2023. Para isso, as evidências apontam que este governo não pode continuar. Sua essência é o conflito, a agressão, a instabilidade, algo que se colocará novamente como o motor de suas ações em um improvável segundo mandato, provavelmente com maior radicalidade: combater o inimigo invisível, atizar a agressividade e a violência frente ao diferente, promover ainda mais a compra de armas, decretar novos sigilos sobre temas capciosos, continuar apostando em perseguições e novas teorias da conspiração, em um processo de radicalização de um governo equivocadamente “santificado” que governa para os seus.

Além de todos os elementos apresentados ao longo deste breve texto, temos de considerar que após o dia 30 de outubro, teremos “o dia seguinte” (*the day after*). O que acontecerá com os que perderem as eleições? Como as famílias rachadas vão seguir a vida? Como pretendem seguir a vida, amigos e parentes que aprenderam a silenciar, a gritar, cancelar e ofender como forma de relacionamento? Como voltaremos a ser minimamente um país? Quando poderemos voltar a trabalhar e produzir com mínima paz e tranquilidade? O que nos espera a partir de 30 de outubro de 2022? Em meio a questões nada fáceis de responder, qual projeto em disputa possui maior probabilidade de, mesmo que minimamente, possibilitar um governo para um Brasil multifacetado, plural, imerso em contradições e paradoxos dos mais variados? Suspeito que o diálogo com diferentes possui chances ínfimas de acontecer com o atual governo em caso de sua continuidade – afinal, quando o presidente conseguiu conduzir alguma conversa com alguém que não concordasse com ele, sem explodir, proferir palavras ou agredir verbalmente?

Parafraseando o italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), se a chapa Lula-Alckmin não nos levará por decreto ao paraíso, manter o “*modus operandi*” do governo que aí está por mais quatro anos, já seria o inferno. Há de se colocar novamente a possibilidade de um Brasil para todos e todas, em um país governado para além do “cercadinho”. Pensar diferente ou simplesmente se posicionar politicamente em uma sociedade cada vez mais agressiva, violenta e armada não pode colocar as pessoas em perigo de agressão, demissão ou mesmo, morte. Ou esta pauta não tem sentido e o aprofundamento de nossas diferenças é o projeto em curso?

Como unir minimamente um país dividido? Quem teria mais condições de fazer isso, no atual cenário? Qual programa de governo poderá fazer o país voltar a certa normalidade? Que programa nos permitirá criticar o governo sem medo de receber de volta, uma agressão ou até mesmo um tiro? Pensar a possibilidade de um futuro para um País como o Brasil que não desague em uma guerra civil, pressupõe outras forças na presidência a partir de 2023, bem distintas das que aí estão.

Baseado nestes elementos apresentados neste breve texto, bem como, nos elementos apresentados em dois textos anteriores, a chapa Lula-Alckmin e o projeto que sustenta esta candidatura possui maior possibilidade de gestão, aglutinação e diálogo para conduzir o Brasil ao longo dos próximos quatro anos. Mas repito, sem ilusões... As mazelas do PT e seus aliados são mazelas do mundo humano, que podem ser enfrentadas por meios racionais, tal como já foi

demonstrado em nossa história recente.

Por sua vez, o atual governo, que busca sua reeleição, possui mazelas que fogem ao âmbito racional e se colocam no plano mítico, porta de entrada de fundamentalismos dos mais distintos, espaço e tempo onde a razão não tem vez, pois as tomadas de decisão se justificam, em grande medida, pelo lema utilizado ao longo das Cruzadas, na Idade Média: *Deus Vult!* (expressão latina que significa “Deus quer!”). Tal expressão vem sendo cada vez mais utilizada pela extrema direita mundial a fim de justificar toda e qualquer ação/decisão por ela tomada, com impactos decisivos nos modos de ser, pensar e agir do atual governo.

Finalizando esta reflexão, em uma sociedade democrática e republicana, conservadores, liberais, progressistas, anarquistas, entre outros, tem de ter seu lugar, desde que aceitem que os campos antagônicos possam coexistir democraticamente - não podemos apoiar projetos totalitários que se valem da democracia para acabar com ela. No caso em tela, que o campo conservador retorne a seus círculos internos e qualifique seus discursos e suas pautas, colocando-se mais de acordo com a diversidade e a complexidade do mundo contemporâneo.

Que o dia 30 de outubro sorria aos que não compactuam com ódio, agressão, violência, armas, hipocrisia, tráfico de influência, teorias da conspiração, negacionismos, orçamento secreto, sigilo de cem anos, simplificações da realidade, pobreza política, apropriação indébita da fé, manipulação religiosa, entre tantos outros argumentos possíveis de serem mencionados. Mas não sejamos ingênuos: nosso futuro a curto e médio prazo não será nada fácil. Como costumo dizer, que tenhamos força e serenidade...

**Ricardo Rezer é professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).*

Nota

[1] Para maiores elementos acerca do tema, sugiro o relatório de pesquisa intitulado “Políticas do medo no Brasil: teorias da conspiração da extrema-direita sobre a COVID-19”. KALIL, I. *Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19*. In: Bristol University Press, Global Discourse, volume 11 issue 1 (dossiê: Understanding the Politics of Fear: COVID-19, Crises and Democracy). Junho de 2021. Disponível em: <https://www.isabelakalil.com/conspiracy-theories>.

**O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.
[Clique aqui e veja como](#)**